

ATA NÚMERO 251/XII/3.^a SL

Aos 5 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 245, 247, 248 e 249, referentes às reuniões de 22, 29, 30 e 31 de janeiro, respetivamente.
2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.^a (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
3. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro (na sua redação atual).
4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 498/XII/3.^a (BE) - Reforça a proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil (1.^a alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro).
Autora do Parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).
5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.
6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 330/XII/3.^a, de iniciativa de Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida: “Pobreza não paga a dívida / Pela renegociação já”.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
7. Apreciação e votação do relatório sobre as Petições n.º 283/XII/2.^a – Não ao aumento do horário de trabalho e n.º 296/XII/3.^a – Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas.
Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).
8. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

9. Participação no Seminário internacional do Tribunal de Contas subordinado ao tema “Reforçar a Ética nas Instituições Superiores de Controlo”.
10. Distribuição de iniciativas europeias.
11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 245, 247, 248 e 249, referentes às reuniões de 22, 29, 30 e 31 de janeiro, respetivamente.

As [atas n.º 245, 247, 248 e 249](#), referentes às reuniões de 22, 29, 30 e 31 de janeiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

**2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV) –
Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro
(Orçamento do Estado para 2014).**

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP, PCP e BE à [Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

3. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro (na sua redação atual).

A Comissão acolheu consensualmente a proposta de solicitar a retificação da [Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro](#), quanto à redação dos artigos 171.º e 241.º.

4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 498/XII/3.ª (BE) - Reforça a proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil (1ª alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro).

Autora do Parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

O Senhor Presidente recordou que o [Projeto de Lei n.º 498/XII/3.ª \(BE\)](#), que baixara à Comissão a 31 de janeiro e fora distribuído na reunião realizada nesse dia, seria discutido no dia seguinte

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

em Sessão Plenária, conjuntamente com duas outras iniciativas – uma do PCP e outra de PSD/CDS-PP – que haviam dado entrada na Mesa a 31 de janeiro mas não haviam sido, ainda, admitidas, razão pela qual não haviam sido analisadas em Comissão.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) agradeceu a nota informativa do Senhor Presidente, apresentando, de imediato, o parecer à iniciativa legislativa, após o que foi saudada pelos Grupos Parlamentares, tendo o Senhor Deputado João Galamba (PS) anunciado que apresentaria um requerimento com vista à baixa das iniciativas à Comissão para nova apreciação na generalidade, por 30 dias. Não se registando intervenções adicionais, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

O Senhor Presidente recordou o estatuído na Lei de Enquadramento Orçamental em matéria de auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, bem como a prática quanto à sua definição, solicitando contributos aos Grupos Parlamentares com vista à deliberação na reunião ordinária seguinte da Comissão.

6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 330/XII/3.ª, de iniciativa de Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida: “Pobreza não paga a dívida / Pela renegociação já”.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou, consensualmente, admitir a [Petição n.º 330/XII/3.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD). O Senhor Presidente deu conta do pedido efetuado pelos subscritores da Petição, cabendo ao relator a análise das diligências a efetuar pela Comissão, nos termos da Lei.

7. Apreciação e votação do relatório sobre as Petições n.º 283/XII/2.ª – Não ao aumento do horário de trabalho e n.º 296/XII/3.ª – Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas.

Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada recordou o processo de junção das Petições [n.º 283/XII/2.ª](#) e [n.º 296/XII/3.ª](#), após o que apresentou o relatório, dando nota das pretensões dos peticionários – recordando, sobre esta matéria, o acórdão n.º 794/2013, de 21 de novembro, do Tribunal Constitucional, sobre a Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto – e as diligências desenvolvidas, nos termos da Lei. Não se registando intervenções, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

8. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

Foi efetuado um ponto de situação sobre as [petições pendentes em Comissão](#), tendo sido deliberado, quanto a algumas petições, reiterar pedidos de informação ao Governo com vista à célere conclusão da sua tramitação.

9. Participação no Seminário internacional do Tribunal de Contas subordinado ao tema “Reforçar a Ética nas Instituições Superiores de Controlo”.

O Senhor Presidente da Comissão deu nota da sua participação, na qualidade de Presidente da COFAP, num Seminário organizado pelo Tribunal de Contas, no qual havia dado conta da atividade desenvolvida pela Comissão no âmbito das suas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização dos processos de contas públicas, bem como o seguimento dado aos relatórios de auditoria remetidos pelo Tribunal de Contas à Assembleia da República.

10. Distribuição de iniciativas europeias.

A Comissão tomou conhecimento de duas iniciativas europeias enviadas pela Comissão de Assuntos Europeus.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) suscitou a questão da ausência de resposta do Governo a pedidos reiterados de informação da Comissão, desde 2012, sobre a execução do Programa de Ajustamento Económico Financeiro da Região Autónoma da Madeira, considerando que deveria ser feita uma insistência e promovido um debate sobre a possível renegociação da dívida da Região.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Miguel Frاسquilho (PSD), em sede de debate, subscreveu a proposta de solicitar o envio da informação em falta, para posterior deliberação da Comissão quanto a eventuais audições sobre a matéria em apreço.

O Senhor Presidente recordou o historial dos pedidos de informação, informando que o mesmo seria remetido aos Senhores Deputados, e que a ausência de resposta era uma exceção a um habitualmente bom relacionamento institucional com o Governo, pelo que seria efetuada nova insistência e o ponto seria agendado para a reunião seguinte da Comissão.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta dos próximos agendamentos da Comissão, tendo sido consensualizado usar, na audição de dia 12 de fevereiro, a grelha de tempos utilizada a 24 de janeiro de 2014, tendo sido consensual a apreciação positiva e a necessidade de reiterar a sua aplicação com vista a uma avaliação global sobre a utilização de um novo modelo de grelhas.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Hortense Martins
Nuno Serra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Nuno Reis
Pedro Jesus Marques